

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2022 Período: Janeiro a Dezembro de 2022

		1		R\$
	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA	REALIZADAS	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL	353.103,00	353.103,00	8.856.078,16	8.502.975,16
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS	13.107.647,00	13.107.647,00	15.461.662,87	2.354.015,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS				
Mobiliária				
Contratual				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS				
Mobiliária				
Contratual	П	П		П

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
(V) = (III + IV)	13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
DEFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.150.000,00	4.148.700,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios				
Anteriores				
Superavit Financeiro		4.150.000,00	4.148.700,00	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DEGI EGAG GINÇAMENTANIAG	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.842.020,00	1.842.020,00	681.965,20	656.265,72	656.265,72	1.160.054,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.842.020,00	1.842.020,00	681.965,20	656.265,72	656.265,72	1.160.054,80
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	11.618.730,00	15.768.730,00	15.346.581,66	11.968.293,41	11.968.293,41	-422.148,34
INVESTIMENTOS	11.618.730,00	15.768.730,00	15.346.581,66	11.968.293,41	11.968.293,41	422.148,34
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	13.460.750,00	17.610.750,00	16.028.546,86	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	13.460.750,00	17.610.750,00	16.028.546,86	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
SUPERAVIT (XIV)			8.289.194,17			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	13.460.750,00	17.610.750,00	24.317.741,03	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
RESERVA DO RPPS						

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	INSCRITOS					SALDO A
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS	EM 31 DE	LIQUIDADOS	PACOS (a)	CANCELADOS	PAGAR
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		DEZEMBRO DE	(c)	PAGOS (c)	(e)	(f)=(a+b-d-
	(a)	2021 (b)				e)
DESPESAS CORRENTES		222.411,26	176.425,00	176.425,00	45.986,26	

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	222.411,26	176.425,00	176.425,00	45.986,26	
DESPESAS DE CAPITAL	7.102.757,97	5.236.028,32	5.236.028,32	1.866.729,65	
INVESTIMENTOS	7.102.757,97	5.236.028,32	5.236.028,32	1.866.729,65	
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL	7.325.169,23	5.412.453,32	5.412.453,32	1.912.715,91	

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	INSCR	RITOS			241.50.4
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIRORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)= (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL					



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto</u> nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto</u> nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0036599334** e o código CRC **746F575F**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.001403/2023-10

SEI nº 0036599334



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 13 Lei Federal nº 4.320/64

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	24.317.741,03	15.337.780,50
Ordinária	-	
Orçã	24.317.741,03	15.337.780,50
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	99.844,17
Recursos Vinculados a Fundos	24.317.741,03	15.237.936,33
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.000.000,00	7.600.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	3.000.000,00	7.600.000,00
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	14.328.928,28	7.434.462,14
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.403.987,73	7.325.169,23
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.924.940,55	109.292,91
Haveres Financeiros Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	88.268.957,90	78.893.150,75
Caixa e Equivalente de Caixa	88.268.957,90	78.466.247,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	426.903,42
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	129.915.627,21	109.265.393,39
Despesa Orçamentária (VI)	16.028.546,86	11.947.506,64
Ordinária	-	-
Vinculada	16.028.546,86	11.947.506,64
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	4.148.700,00	5.475.979,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.879.846,86	6.471.526,79
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	3.000.000,00	7.600.000,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	3.000.000,00	7.600.000,00
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	16.204.037,41	1.448.928,85
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.412.453,32	1.339.635,94

Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.791.584,09	109.292,91
Haveres Financeiros Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	94.683.042,94	88.268.957,90
Caixa e Equivalente de Caixa	94.683.042,94	88.268.957,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	129.915.627,21	109.265.393,39

	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduçoes Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a b)	Receita Orçamentária (d)	Deduçoes Receita Orçamentária (b)	Saldo (f)=(d- e)
Ordinária	-	-	-	-	-	-
Vinculada	24.317.741,03	-	24.317.741,03	15.337.780,50	-	15.337.780,50
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	-	-	99.844,17	-	99.844,17
Recursos Vinculados a Fundos	24.317.741,03	-	24.317.741,03	15.237.936,33	-	15.237.936,33
TOTAL	24.317.741,03		24.317.741,03	-	-	15.337.780,50



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1° e 2°, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794</u>, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0036599799** e o código CRC **505464A0**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.001403/2023-10

SEI nº 0036599799



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA BALANÇO PATRIMONIAL FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 14 Lei Federal nº 4.320/64

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	94.683.042,94	88.268.957,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	94.683.042,94	88.268.957,90
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	374.470,00	110.890,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	374.470,00	110.890,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
ESTOQUES	-	-
ALMOXARIFADO	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	95.057.512,94	88.379.847,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	34.924.050,47	20.743.120,48
BENS MOVEIS	37.633.573,20	23.910.134,04
BENS IMÓVEIS	2.705.488,13	-
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	- 5.415.010,86	- 3.167.013,56
INTANGÍVEL	1.468.559,02	997.029,22
SOFTWARES	2.002.807,60	1.244.014,86
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	- 534.248,58	- 246.985,64
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.392.609,49	21.740.149,70
TOTAL DO ATIVO	131.450.122,43	110.119.997,60
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-
DEMAIS RESERVAS	118.246,67	118.246,67
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	118.246,67	118.246,67
RESULTADOS ACUMULADOS	130.771.615,88	109.574.847,51
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	130.771.615,88	109.574.847,51
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	130.889.862,55	109.693.094,18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	131.450.122,43	110.119.997,60

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021		
ATIVO				
Ativo Financeiro	94.683.042,94	88.268.957,90		
Ativo Permanente	36.767.079,49	21.851.039,70		
Total Ativo (I)	131.450.122,43	110.119.997,60		
PASSIVO				
Passivo Financeiro	3.964.247,61	7.752.072,65		
Passivo Permanente				
Total Passivo (II)	3.964.247,61	7.752.072,65		
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	127.485.874,82	102.367.924,95		

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021			
ATOS POTENCIAIS ATIVOS					
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		-			
Direitos Contratuais em Execução		-			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		-			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-			
Obrigações Contratuais a Executar		-			
Outros Atos Potencias Passivos		-			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS					

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO				
FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021		
40 Recursos Diretamente Arrecadados	59.933.223,60	62.215.193,95		
53 Cota-Parte FESA	30.785.571,73	18.301.691,30		
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	90.718.795,33	80.516.885,25		



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0036599986** e o código CRC **A89F6003**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.001403/2023-10

SEI nº 0036599986



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE **ANIMAL**

Anexo 15 Lei Federal nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	15.461.662,87	13.049.299,96
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.461.662,87	13.049.299,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	8.856.078,16	2.288.480,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.856.078,16	2.288.480,54
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.000.000,00	7.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.000.000,00	7.600.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.203,91	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.203,91	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	27.323.944,94	2.937.780,50

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.108.864,14	2.390.833,94
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	364.722,75	59.753,74
SERVIÇOS	204.137,97	396.283,17
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.540.003,42	1.934.797,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.002.799,26	8.501.729,14
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.002.799,26	8.501.729,14
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.507,10	513.603,71
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	4.295,50	16.329,68
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	11.211,60	497.274,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	640,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	640,80
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	6.127.170,50	11.406.807,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	21.196.774,44	11.530.972,91



Documento assinado eletronicamente por Júnior Cleber Alves Paiva, Contador(a), em 15/03/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0036600114 e o código CRC FFC0DF08.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.001403/2023-10

SEI nº 0036600114



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
Ingressos	38.242.681,58	23.473.976,83
Receita Tributária	-	
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	15.461.662,87	13.049.299,96
Remuneração das Disponibilidades	8.856.078,16	2.288.480,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências recebidas	3.000.000,00	7.600.000,00
Outros ingressos operacionais	10.924.940,55	536.196,33
Desembolsos	14.624.274,81	7.963.074,45
Pessoal e demais despesas	832.690,72	253.781,54
Juros e encargos da dívida	-	
Transferências concedidas	3.000.000,00	7.600.000,00
Outros desembolsos operacionais	10.791.584,09	109.292,91
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	23.618.406,77	15.510.902,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	17.204.321,73	5.708.191,81
Aquisição de ativo não circulante	16.445.528,99	5.389.976,53
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	
Outros desembolsos de investimentos	758.792,74	318.215,28
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	- 17.204.321,73	- 5.708.191,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	

Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos		
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	6.414.085,04	9.802.710,57
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	88.268.957,90	78.466.247,33
Caixa e Equivalente de Caixa Final	94.683.042,94	88.268.957,90

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	3.000.000,00	7.600.000,00
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	3.000.000,00	7.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	3.000.000,00	7.600.000,00
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	3.000.000,00	7.600.000,00

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-

Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	832.690,72	253.781,54
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	832.690,72	253.781,54

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0036600187** e o código CRC **6E9F7280**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.001403/2023-10 SEI nº 0036600187



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64 Exercício de 2022

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Aumento de		Ajuste de Avaliaçao Patrimonial	de	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	-		-	-	-	118.246,67	109.574.847,51	-	109.693.094,18
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-6,07	-	-6,07
Aumento de capital	-	-	_	-	-	-	_	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	1	_	-	-	-	_	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	_	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	•	-	-	•	-	21.196.774,44	-	21.196.774,44
Ajustes de avaliaçao patrimonial	-	•	-	-	•	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	•	-	-	•	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$ por ação	-	-	_	-	-	-	_	-	-
	-	-	_	-	-	-	_	-	-
Saldos Finais	-	-	•	-	-	118.246,67	130.771.615,88	-	130.889.862,55



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1° e 2°, do <u>Decreto n° 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 16/03/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0036600332** e o código CRC **C485A132**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON BALANCO

FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA - UG 190014 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do Fundo Estadual de Sanidade Animal e reflete a conformidade contábil das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativas ao exercício de 2022 e representam, com fidedignidade, a situação orçamentária, financeira e patrimonial dessa Entidade.

Porto Velho 31 de dezembro de 2022.

IÚNIOR CLEBER ALVES PAIVA CONTADOR RESPONSÁVEL CRC 07107/O-2

1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Desde 1964, foi estabelecido que os fundos especiais da administração pública devessem ser criados por lei específica. Em seguida, a Constituição de 1988 ratificou essa exigência para fundos de quaisquer naturezas.

O Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA foi constituído pela Lei Complementar nº 536, de 09 de dezembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 564, de 03 de março de 2010, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, com personalidade jurídica de direito público, com gerência técnica, administrativa e financeira e patrimonial a cargo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - FESA.

Sua sede está localizada à Avenida Farquar, nº 2986, bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, (Edifício Rio Cautário - 5º andar) Porto Velho, Rondônia, é integrante do Orçamento de Investimentos do Estado e sua gestão é inserida no conjunto de decisões do Governo Estadual.

1.1 LEGISLAÇÕES BÁSICAS

O Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA é originário da Lei Complementar nº 536, de 09 de dezembro de 2009; posteriormente, alterada pela Lei Complementar nº 564, de 3 de março de 2010, Lei Complementar nº 579, de 01 de junho de 2010 e Lei Ordinária nº 3.504, de 03 de fevereiro de 2015. Atualmente é regido pela Lei Ordinária nº 4.068, de 22 de maio de 2017, publicado no DOE nº 94, de 22/05/2017.

Como entidade de apoio às ações de inspeção e defesa sanitária animal, a aplicação dos recursos financeiros do FESA, segundo o último regulamento, Decreto nº 19.825, publicado no DOE nº 2.696, que regulamentou a Lei Ordinária nº 3.504/2015, ambos de 12 de maio de 2015, pode ser conhecida pela descrição in verbis abaixo:

"Art. 2º. O FESA-RO destinar-se-á, precipuamente:

- I à execução de ações necessárias à eliminação, à mitigação ou ao controle de foço de doença com potencial epidêmico para produzir graves consequências sanitárias, sociais e econômicas, comprometedoras do comércio nacional ou internacional, da segurança alimentar ou da saúde pública, mediante concretização das medidas exigidas para o restabelecimento da condição sanitária anterior, no menor espaço de tempo e com o melhor custo-benefício;
- II à execução de ações preventivas, inerentes à manutenção da sanidade dos rebanhos, incluída a vigilância da saúde animal, seus produtos e subprodutos;
- III à execução de investimentos na infraestrutura necessária à manutenção e ao aperfeiçoamento da defesa agropecuária;
- IV à indenização de danos materiais ocasionados a terceiros na execução do disposto nos incisos I e II, deste artigo, bem como na execução das demais acões próprias da defesa sanitária animal, conforme previsto em regulamento e desde que os beneficiários não tenham agido com dolo ou culpa

É importante destacar que a Lei nº 4.068/2017, acrescentou e modificou dispositivos do artigo 2º da Lei nº 3.504/2015, dando-lhe maior abrangência de ações, o que oportunizou a aplicação de recursos em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, diagnósticos, estudos e levantamento de dados e informações agropecuárias relacionadas com o desenvolvimento da defesa sanitária animal; em capacitação continuada; e em soluções tecnológicas. Outro aspecto que merece destaque, diz respeito à mudança no percentual financeiro destinado a lastrear outros custeios (para dar suporte às novas ações), e investimentos, conforme descrição in verbis abaixo:

"Art. 2º. O FESA-RO destinar-se-á, precipuamente:

- V à execução de capacitações, treinamentos e aperfeiçoamentos de servidores públicos, estudantes, produtores agropecuários, trabalhadores rurais, funcionários de estabelecimentos agropecuários e transportadores de animais, seus produtos e subprodutos, em temas relacionados ao cumprimento e aprimoramento da execução da defesa sanitária animal no Estado de Rondônia; e
- VI à execução de despesas necessárias ao efetivo cumprimento das ações de defesa sanitária animal relacionadas às contratações de serviços e aquisição de
- § 2º. Para a execução das ações preventivas previstas no inciso II, deste artigo, poderão ser disponibilizados recursos para a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, diagnósticos, estudos e levantamentos de dados e informações agropecuárias relacionados com o desenvolvimento da defesa sanitária animal.
- § 3º. Na gestão e desenvolvimento tecnológico da defesa sanitária animal poderá ser realizada a aquisição de sistemas de informatizados e/ou a contratação de empresas prestadoras de serviço para o desenvolvimento de ações tecnológicas.
- § 4º. A forma de indenização dos danos materiais previstos no inciso IV, deste artigo, ocorrerá pelo valor de reposição, considerado como tal os valores estabelecidos pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, na Pauta de Preços Mínimos para fins de incidência do ICMS, mediante prévia manifestação da Comissão de Preços da Defesa Agropecuária.
- § 5º. A forma de execução dos recursos do FESA-RO será definida em Lei Orçamentária Anual, preservando o limite mínimo de reserva orçamentária de 10% (dez por cento), sobre o valor total remanescente até 31 de dezembro de 2016, bem como igual fração sobre a arrecadação de cada exercício futuro, em atendimento ao inciso IV, deste artigo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, sendo os relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade. As demonstrações foram elaboradas em Conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 9ª edição, Parte V aprovada pela Portarias Conjuntas STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, assim como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tal qual as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16) e também pelo Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis – , -MCDC/COGES-RO, 6ª edição aprovado pela Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards - IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito do Estado de Rondônia, na qual o FESA é parte integrante, compreende três orçamentos, quais sejam:

- a) o orçamento fiscal;
- b) o orçamento da Seguridade Social; e,
- c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

O sistema orçamentário previsto na Constituição Federal de 1988 é baseado em três peças fundamentais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas peças possui função específica e necessita estar alinhada a um mesmo objetivo, qual seja: o planejamento da atividade financeira do Estado.

PPA – Plano Plurianual estabelece de forma regionalizada as metas da Administração Pública para as Despesas de Capital e outras delas decorrentes e, àquelas relativas aos programas de duração continuada, expressas no Programa de cunho Finalístico ou Temático e Gestão, Manutenção e Serviço.

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

LOA - Lei Orçamentária Anual estabelece o Orçamento do Estado, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo estadual. O orçamento do estado diz respeito a todos nós, pois geram impactos diretos na vida dos rondonienses. O Orçamento Estadual é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

A seguir, apresentamos os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS: Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos orçamentários são aqueles destinados a controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, por meio da estimativa das receitas e da fixação das despesas. Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos, taxas, preços públicos e outros) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). Para maior entendimento, "pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária. Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro;

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Brasil. Todos os saldos foram apresentados em reais e com duas casas decimais, exceto quando indicado outra forma;

DISPONIBILIDADES: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;

CRÉDITOS E DÍVIDAS: Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão comparativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

ESTOQUES: Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016;

IMOBILIZADO: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e/ou Amortização conforme característica do bem;

INTANGÍVEL: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando aqueles que possuem vida útil definida, sujeitos à amortização;

DEPRECIAÇÃO: Fora adotado para cálculo dos encargos de depreciação o método das quotas constantes, conforme preceitua o parágrafo 1° do art. 6º, Decreto 22.670 de 16/03/2018 bem como os critérios de definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada, ou a que vier substitui-la;

REAVALIAÇÃO: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo e REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL é a perda de benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo, devido à depreciação; conforme preceitua os incisos XXV e XXVI do art. 2º, Decreto 24.041 de 8/07/2019;

RESTOS A PAGAR: Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

RETENÇÕES: O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

A Agência o FESA realiza a escrituração contábil através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO;

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP) PARTE V DO MCASP 9ª EDIÇÃO

- ✓ BALANCO PATRIMONIAL
- ✓ DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- ✓ BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
- ✓ BALANÇO FINANCEIRO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- ✓ NOTAS EXPLICATIVAS

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

No quadro principal tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados no presente pela Unidade Gestora, como resultado de evento passado e com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre os ativos e os passivos. A situação patrimonial líquida pode ser um valor positivo ou negativo.

Os quadros dos ativos e passivos financeiros e permanentes; e das compensações são elaborados em cumprimento ao disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I O Ativo Financeiro:
- II O Ativo Permanente;
- III O Passivo Financeiro;
- IV O Passivo Permanente:
- V O Saldo Patrimonial;
- VI As Contas de Compensação.

Os ativos e passivos financeiros compreendem os valores realizáveis ou exigíveis que independam de autorização orçamentária, por já terem passado pelo empenho ou por ser extraorçamentário.

Já os ativos e passivos permanentes dependem de autorização legislativa para mobilização, alienação, amortização ou resgate. O passivo permanente somente se transforma em financeiro no momento do empenho.

O quadro das compensações apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

O quadro "Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial" apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

...

- § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- 4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orcamentária, e apura o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e o valor apurado passa a compor o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas causam alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público no momento a que se referem, segundo seu fato gerador, conforme o regime da competência, ou seja, as variações são registradas independentemente do recebimento ou pagamento.

4.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço orçamentário (BO) é elaborado em obediência à Lei nº 4.320/1964, que demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Para esse demonstrativo adota-se o regime orçamentário para a definição do momento do registro da sua realização, conforme descrito no art. 35 da citada Lei.

- Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:
- I As receitas nele arrecadadas;
- II As despesas nele legalmente empenhadas.
- O confronto entre a receita prevista atualizada e a receita realizada apura o saldo, que representa excesso ou insuficiência de arrecadação.
- O saldo resultante do confronto entre dotação atualizada e as despesas empenhadas corresponde à economia orçamentária.
- O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

No quadro denominado "Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados" informa-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior constam no "Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados" que evidencia o seu pagamento ou cancelamento.

4.4 BALANÇO FINANCEIRO - BF

O Balanço Financeiro (BF) demonstra as receitas e despesas orçamentárias, e ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários. Os ingressos financeiros são somados aos saldos de caixa oriundos do exercício anterior, subtraído dos dispêndios financeiros apurando-se o saldo de caixa que se transferem para o início do exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado nesse demonstrativo não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial para fins de abertura dos créditos suplementares e especiais.

O Balanço Financeiro é elaborado em observância ao princípio de caixa, ou seja, registra as entradas e saídas de caixa.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e são apresentadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Para essa demonstração adota-se também o regime de caixa, apura-se a geração líquida de caixa para o exercício e evidencia o saldo em caixa inicial (que foi proveniente do exercício anterior) e o saldo de caixa final (que irá para o exercício seguinte).

4.6 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público – DCASP e consideradas parte integrante das demonstrações. Elas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nas DCASP e têm por objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Para um melhor alinhamento com as IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu as primeiras normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, as NBC T 16, essas normas passaram a exigir a elaboração das notas explicativas às demonstrações contábeis, preenchendo a lacuna que existia na legislação do CFC.

5 NOTAS EXPLICATIVAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei 4320/64);

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do FESA em 31 de dezembro de 2022. Nele são demonstradas a posição estática dos ativos e passivos da entidade no exercício, possibilitando ao usuário da informação contábil, conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Os atos administrativos são apresentados no Balanço Patrimonial em um grupo intitulado "Compensado".

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial.

FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

		R\$
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	94.683.042,94	88.268.957,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	94.683.042,94	88.268.957,90

	Ī	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	374.470,00	110.890,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	374.470,00	110.890,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER		
ESTOQUES		
ALMOXARIFADO		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	95.057.512,94	88.379.847,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	34.924.050,47	20.743.120,48
BENS MOVEIS	37.633.573,20	23.910.134,04
BENS IMÓVEIS	2.705.488,13	
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-5.415.010,86	-3.167.013,56
INTANGÍVEL	1.468.559,02	997.029,22
SOFTWARES	2.002.807,60	1.244.014,86
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-534.248,58	-246.985,64
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.392.609,49	21.740.149,70
TOTAL DO ATIVO	131.450.122,43	110.119.997,60

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	560.259,88	426.903,42
VALORES RESTITUÍVEIS	560.259,88	426.903,42
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	560.259,88	426.903,42
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	118.246,67	118.246,67
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	118.246,67	118.246,67
RESULTADOS ACUMULADOS	130.771.615,88	109.574.847,51
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	130.771.615,88	109.574.847,51
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	130.889.862,55	109.693.094,18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	131.450.122,43	110.119.997,60

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	94.683.042,94	88.268.957,90
Ativo Permanente	36.767.079,49	21.851.039,70
Total Ativo (I)	131.450.122,43	110.119.997,60
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.964.247,61	7.752.072,65
Passivo Permanente		
Total Passivo (II)	3.964.247,61	7.752.072,65
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	127.485.874,82	102.367.924,95

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		-
Direitos Contratuais em Execução		-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-
Obrigações Contratuais a Executar		-
Outros Atos Potencias Passivos		-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021
40 Recursos Diretamente Arrecadados	59.933.223,60	62.215.193,95
53 Cota-Parte FESA	30.785.571,73	18.301.691,30
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	90.718.795,33	80.516.885,25

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

Ativo Circulante

Nota 01: Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, estando habilitado os investimentos com vencimento original de até três meses.

As disponibilidades do FESA são compostas por valores registrados em conta corrente bancária e em investimentos de baixo risco e liquidez imediata.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução de moeda estrangeira pela ausência de transações em outras moedas. As aplicações financeiras foram atualizadas pelos rendimentos até 31/12/2022.

Os valores registrados nas contas de bancos e aplicações financeiras foram conciliados com os extratos bancários. A conciliação pode ser verificada na Prestação de Contas de 2022.

Abaixo será detalhado o saldo de caixa e equivalente de caixa apurado no Balanço Patrimonial.

Tabela de Detalhamento de caixa e Equivalente de caixa

Bancos conta Movimento	2022	2021	AH%
Demais Contas - Banco do Brasil	85.062.817,79	79.657.911,95	6,79
Demais Contas - Caixa Econ.	9.620.225,15	8.611.045,95	11,72
TOTAL	94.683.042,94	88.268.957,90	7,27

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Em 2022 o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma variação de 7,27% em relação a 2021, sendo que as remunerações de depósitos bancários tiveram maior participação nesse acréscimo de arrecadação no exercício analisado.

Nota 02: Agrupamento de contas

No exercício de 2021 houve a agregação da conta contábil 1.1.3.5.0.00.00 (depósitos restituíveis e valores vinculados) na conta contábil 1.1.1.1.1.00.00 (caixa e equivalente de caixa). E para fins de identificação os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, foi realizado através da conta de controle 8.2.1.1.3.02.00 – (DDR Comprometida por Consignações/Retenções). Vejamos os valores da composição abaixo para melhor compreensão da posição financeira da entidade:



Nota 03: Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tabela de Composição do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado	2022	2021	АН
Bens Móveis	37.633.573,2	23.910.134,04	57,4
(-) Depreciação Acumulada	-5.415.010,86	-3.167.013,56	70,98
Bens Imóveis	2.705.488,13	0,00	0,00
Total do Imobilizado	34.924.050,47	20.743.120,48	68,36

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Em 2022, a conta do Ativo Imobilizado teve um incremento de 68,36% em relação ao exercício de 2021. Esse incremento se seu pela renovação da frota de veículos, aquisição de mobiliários e outros.

Nota 04: Depreciação e Amortização Acumulada

A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influência a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores:

- a) Deterioração Física
- b) Desgastes com uso; e
- c) Obsolescência.

A administração Estadual utiliza de uma forma geral, o método das quotas constantes em seus registros, conforme o Manual de Procedimentos Contábeis Especiais parte II. Assim sendo, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, de modo que o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos.

A Conta contábil – 1.2.3.1.1.08.00 - Bens Móveis em Almoxarifado composto pelos bens destinados a reparos e bens inservíveis, no valor de R\$ 161.242,43, não passaram pelo procedimento de depreciação por não estarem gerando benefícios econômicos para o desenvolvimento das atividades dessa Unidade Gestora e não estarem em uso.

A amortização é a forma pela qual se registra a desvalorização de bens intangíveis de uma empresa, ou seja, aqueles que não são materiais, como os pontos comerciais, as licenças de softwares e os direitos autorais, dentre outros.

Os Bens Intangíveis adquiridos pela Unidade Gestora FESA, são constituídos de Softwares e passaram pelo procedimento de amortização.

Tabela de Depreciação Acumulada

Bens Móveis	Custo (R\$)	Depreciação Acumulada (R\$)	(R\$) Valor Líquido Contábil
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.394.558,03	-405.648,35	1.988.909,68
Bens de Informática	6.982.972,67	-2.551.988,58	4.430.984,09
Móveis e Utensílios	4.153.063,19	-650771,10	3.502.292,09
Materiais Culturais, Educacionais	564.079,45	-144.062,46	420.016,99
Veículos	23.377.657,43	-1.662.540,37	21.715.117, 06
Bens em Almoxarifado	161.242,43	0,00	161.242,43
Total	37.633.573,20	-5.415.010,86	32.218.562,34

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Tabela de Amortização Acumulada

Bens Intangíveis	Custo	Amortização	Valor Líquido Contábil
SOFTWARES	2.002.807,60	-534.248,58	1.468.559,02
Total	2.002.807,60	-534.248,58	1.468.559,02

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

5.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15 da Lei 4320/64);

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser quantitativas e/ou qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimôniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas menos as Variações Diminutivas.

DEMOSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 15 – Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

		R\$
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	15.461.662,87	13.049.299,96
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.461.662,87	13.049.299,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	8.856.078,16	2.288.480,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.856.078,16	2.288.480,54
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.000.000,00	7.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.000.000,00	7.600.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.203,91	
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.203,91	
OTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	27.323.944,94	22.937.780,50

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.108.864,14	2.390.833,94
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	364.722,75	59.753,74
SERVIÇOS	204.137,97	396.283,17
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.540.003,42	1.934.797,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.002.799,26	8.501.729,14
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.002.799,26	8.501.729,14
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.507,10	513.603,71
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	4.295,50	16.329,68
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	11.211,60	497.274,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	640,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	640,80
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	6.127.170,50	11.406.807,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	21.196.774,44	11.530.972,91

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

Nota 01: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Tabela de Variações Patrimoniais Aumentativas

Conta	Descrição das VPAs	31/12/2022	31/12/2021	AH%
4.3	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15.461.662,87	13.049.299,96	18,49
4.4	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.856.078,16	2.288.480,54	286,99
4.5	Transferências e Delegações recebidas	3.000.000,00	7.600.000,00	100,00
4.9	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.203,91	0,00	-100,00
Total		27.323.944,94	22.937.780,50	19,12

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais significativas foram as elencadas no Grupo "4.4. Em 2022, houve acréscimo no Grupo das VPAs — Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras - remuneração de depósitos bancários que variou em 286,99%, em relação a 2021. Esse incremento está relacionado às políticas financeiras brasileiras no exercício.

As VPAs apresentadas no Grupo 4.5 – Transferências e Delegações recebidas – Movimento de Fundos a débitos / Correspondência de Débitos – Registra a apropriação da transferência de créditos internos correspondentes a saldos financeiros, ou seja, no caso do FESA, são as transferências entre contas.

Tabela de Variações Patrimoniais Diminutivas

Conta	Descrição das VPDs	31/12/2022	31/12/2021	AH%
3.3	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.108.864,14	2.390.833,94	30,03
3.5	Transferências e Delegações concedidas	3.002.799,26	8.501.729,14	-64,68
3.6	Desvalorização e Perda de Ativo	15.507,10	513.603,71	-96,98
3.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	640,80	-100,00
Total		6.127.170,50	11.406.807,59	-46,28

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O Grupo "3.5 - Transferências e Delegações Concedidas" – Movimento fundo a Fundo, contemplam as operações financeiras ativas, através de transferências internas, no caso do Fundo, essas movimentações foram transferências entre a conta arrecadadora e a conta pagadora.

Nota 02: Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é o confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2022 o resultado apresentou um superávit patrimonial de R\$ 21.196.774,44, que, comparado ao superávit de 2021, na ordem de R\$ 11.530.972,91, apresentou uma variação, para mais, de 83,82% no resultado do exercício.

5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

A DMPL representa toda a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 19 Lei Federal nº 4.320/64

Exercício de 2022

	Pat. Social	Adiant. para							
ESPECIFICAÇÃO	1	Futuro Aumento	Reserva de	Ajuste de Avaliacao	Reservas de	Demais	Resultados	Ações/Cotas em	TOTAL
251 2511 167 (\$7.16	Capital Social	de Capital	Capital	Patrimonial	Lucro	Reservas	Acumulados	Tesouraria	101/12
	Jocial	(AFAC)							

Saldos Iniciais	-	-		-	-	118.246,67	109.574.847,51	-	109.693.094,18
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-6,07	-	-6,07
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	21.196.774,44	-	21.196.774,44
Ajustes de avaliaçao patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$ por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais	-	-	-	-	-	118.246,67	130.771.615,88	-	130.889.862,55

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta a movimentação do caixa com os ingressos de receitas e os pagamentos das despesas, evidenciando a geração ou o consumo de caixa no exercício. Proporciona, ainda, a visão dos custos operacionais e os investimentos na Unidade Gestora. A seguir detalhamos os valores constantes na referida demonstração relativo ao exercício financeiro de 2022, ressaltando que os dados correspondem ao período de 01 de janeiro 2022 a 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
Ingressos	38.242.681,58	23.473.976,83
Receita Tributária	-	
Receita de Contribuições	-	
Receita Patrimonial	-	
Receita Agropecuária	-	
Receita Industrial	-	
Receita de Serviços	15.461.662,87	13.049.299,9
Remuneração das Disponibilidades	8.856.078,16	2.288.480,5
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	
Transferências recebidas	3.000.000,00	7.600.000,0
Outros ingressos operacionais	10.924.940,55	536.196,3
Desembolsos	14.624.274,81	7.963.074,4
Pessoal e demais despesas	832.690,72	253.781,5
Juros e encargos da dívida	-	
Transferências concedidas	3.000.000,00	7.600.000,0
Outros desembolsos operacionais	10.791.584,09	109.292,9
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	23.618.406,77	15.510.902,3
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	
Alienação de bens	-	
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	
Outros ingressos de investimentos	-	
Desembolsos	17.204.321,73	5.708.191,8
Aquisição de ativo não circulante	16.445.528,99	5.389.976,5
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	
Outros desembolsos de investimentos	758.792,74	318.215,2
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	- 17.204.321,73	- 5.708.191,8
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	
Operações crédito	-	
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	
Outros ingressos de financiamentos	-	
Desembolsos		
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	
Outros desembolsos de financiamentos	-	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	6.414.085,04	9.802.710,5
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	88.268.957,90	78.466.247,3
Caixa e Equivalente de Caixa Final	94.683.042,94	88.268.957,90

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	
	R\$

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	3.000.000,00	7.600.000,00
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	3.000.000,00	7.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	3.000.000,00	7.600.000,00
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	3.000.000,00	7.600.000,00

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO						
R						
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021				
Legislativa	-	-				
Judiciária	-	-				
Essencial à Justiça	-	-				
Administração	-	-				
Defesa Nacional	-	-				
Segurança Pública	-	-				
Relações Exteriores	-	-				
Assistência Social	-	-				
Previdência Social	-	-				
Saúde	-	-				
Trabalho	-	-				
Educação	-	-				
Cultura	-	-				
Direitos da Cidadania	-	-				
Urbanismo	-	-				
Habitação	-	-				
Saneamento	-	-				
Gestão Ambiental	-	-				
Ciência e Tecnologia	-					
Agricultura	832.690,72	253.781,54				
Organização Agrária	-					
Indústria	-					
Comércio e Serviços	-					
Comunicações	-					
Energia	-	-				
Transporte	-					
Desporto e Lazer	-	-				
Encargos Especiais	-					
Reserva de Contingência	-	-				
	-					
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	832.690,72	253.781,54				

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
			R\$			
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021				
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna						
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa						
Outros Encargos da Dívida			-			
Total dos Juros e Encargos da Dívida						

Nota 01: Demonstrações do fluxo de caixa.

Para melhor compreender os fluxos de caixa será utilizada a técnica de análise vertical para saber quais os itens têm maior representatividade dentro de cada fluxo, abaixo poderá ser analisado este comportamento.

Nota 1.1: Fluxo Operacional

Demonstra os valores que ingressaram como receitas e os pagamentos efetuados com as atividades operacionais.

Ao analisar os Ingressos, é possível verificar que as Receita de Serviços foram a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 40,43% do total dos ingressos, seguido dos outros ingressos operacionais com 28,57%.

Em relação aos desembolsos, os outros desembolsos operacionais representaram 73,79% do total dos desembolsos.

Tabela de Fluxo Operacional – Ingressos e Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Janeiro a Dezembro 2022	AV%
Ingressos	38.242.681,58	100
Receita de Serviços	15.461.662,87	40,43
Remuneração das Disponibilidades	8.856.078,16	23,16
Transferências recebidas – Movimento de Fundos a Débito	3.000.000,00	7,84
Outros ingressos operacionais	10.924.940,55	28,57
Desembolsos	14.624.274,81	100
Pessoal e demais despesas	832.690,72	5.69
Transferências concedidas – Movimento de Fundos a Créditos	3.000.000,00	20,51
Outros desembolsos operacionais	10.791.584,09	73,79
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (ingressos - desembolsos)	23.618.406,77	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 23.618.406,77, demonstrando que a Unidade Gestora teve, em 2022, arrecadação suficiente para custear as suas atividades.

Os Outros Ingressos Operacionais bem como Outros Desembolsos Operacionais são compostos pelos movimentos a crédito e movimento a débito das seguintes contas:

Tabela de Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

CONTA CONTÁBIL	Movimento a crédito	Movimento a débito	
2.1.8.8.0.00.00 – Valores restituíveis	10.924.940,55	10.791.584,09	
TOTAL	10.924.940,55	10.791.584,09	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota 1.2: Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Demonstra os valores dos pagamentos efetuados com aquisições de investimentos, recebimentos e concessão de empréstimos pela e outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso em demais investimentos realizados durante o ano. No FESA, não houve ingressos com atividades de investimento, pois não houve alienação (venda) de bens permanentes nem outras entradas de receita de capital.

Já no quadro "Desembolsos de investimento" o ativo não circulante alcançou 95,59% do total das aquisições de bens em 2022, enquanto os outros desembolsos de investimento com 4,41%.

Tabela de Quadro dos desembolsos de investimentos

Desembolsos	Valor	AV%
Aquisição de ativo não circulante	16.445.528,99	95,59
Outros desembolsos de investimentos	758.792,74	4,41
TOTAL	17.204.321,73	100

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

5.5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário é composto por: a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. Tem como finalidade evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução. Outra informação importante é o resultado da execução orçamentária (superávit ou déficit orçamentário).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 1.1.2022 a 31.12.2022

				R\$
	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA	REALIZADAS	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL	353.103,00	353.103,00	8.856.078,16	8.502.975,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	_	-	_	
RECEITA INDUSTRIAL	_	-	-	
RECEITA DE SERVIÇOS	13.107.647,00	13.107.647,00	15.461.662,87	2.354.015,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	_	-	-	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	_	-	_	

-	-	-	-
-	-	-	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	
-	-	-	-
13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
-	-	-	-
13.460.750,00	13.460.750,00	24.317.741,03	10.856.991,03
-	4.150.000,00	4.148.700,00	-
	-	-	-
	4.150.000,00	4.148.700,00	
-	-	-	-
	- - - - - 13.460.750,00		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.842.020,00	1.842.020,00	681.965,20	656.265,72	656.265,72	1.160.054,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	_	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.842.020,00	1.842.020,00	681.965,20	656.265,72	656.265,72	1.160.054,80
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	11.618.730,00	15.768.730,00	15.346.581,66	11.968.293,41	11.968.293,41	-422.148,34
INVESTIMENTOS	11.618.730,00	15.768.730,00	15.346.581,66	11.968.293,41	11.968.293,41	422.148,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	_	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	_	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	13.460.750,00	17.610.750,00	16.028.546,86	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	_	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	_	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	_	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	_	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	_	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	_	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	13.460.750,00	17.610.750,00	16.028.546,86	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
SUPERAVIT (XIV)			8.289.194,17			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	13.460.750,00	17.610.750,00	24.317.741,03	12.624.559,13	12.624.559,13	1.582.203,14
RESERVA DO RPPS	_	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

INSCRITOS					SALDO A	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIRORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (c)	CANCELADOS (e)	
DESPESAS CORRENTES	-	222.411,26	176.425,00	176.425,00	45.986,26	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	222.411,26	176.425,00	176.425,00	45.986,26	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	7.102.757,97	5.236.028,32	5.236.028,32	1.866.729,65	-
INVESTIMENTOS	-	7.102.757,97	5.236.028,32	5.236.028,32	1.866.729,65	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	_	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	7.325.169,23	5.412.453,32	5.412.453,32	1.912.715,91	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	INSCRITOS				SALDO A PAGAR	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIRORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	(e)=(a+b-c-d)	
DESPESAS CORRENTES	-	-	-		-	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-		-	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-	-		-	
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	
INVESTIMENTOS		-	-	-	-	
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-		-	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-			
TOTAL		_	-			

Nota 01: Alterações Orçamentárias

Durante a execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, que estabelece o orçamento do Estado, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente para a alteração do cenário previsto inicialmente, essas alterações podem ser visualizadas na tabela a seguir.

Tabela de Alterações Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo Natureza Despesas	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualizada
03 - Despesa de Corrente	3 - Outras Despesas Correntes	1.842.020,00	0,00	1.842.020,00
04 - Despesa de Capital	4 - Investimentos	11.618.730,00	4.150.000,00	15.768.730,00
Total		13.460.750,00	4.150.000,00	17.610.750,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 02: Cancelamento De Restos A Pagar

Em análise ao Anexos I do Balanço Orçamentário, verifica-se o valor de R\$ 1.912.715,91, referente ao cancelamento de Restos a Pagar Não Processados. Os empenhos cancelados decorreram de saldos insubsistentes e pela desistência de entrega de material por parte dos fornecedores.

Nota 03: Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito

Do total das despesas executadas no ano de 2022, R\$ 4.150.000,00, foram por créditos abertos utilizando o superávit de exercícios anteriores da FR 0640.

É importante destacar que, em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas, à conta do superávit financeiro, são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

5.6 BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei 4320/64);

O formato do Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, onde as receitas e as despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL

Anexo 13 Lei Federal nº 4.320/64

		R\$
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	24.317.741,03	15.337.780,50

/U3/2023, U8:54 SEI/ABC - UU3(0425324 - Balanço	
Ordinária	-	
Vinculada	24.317.741,03	15.337.780,5
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	99.844,1
Recursos Vinculados a Fundos	24.317.741,03	15.237.936,3
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.000.000,00	7.600.000,0
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	3.000.000,00	7.600.000,0
Transferências Recebidas Aportes RPPS	_	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	14.328.928,28	7.434.462,1
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.403.987,73	7.325.169,2
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.924.940,55	109.292,9
Haveres Financeiros Investimentos RPPS	_	
Haveres Financeiros Valores em Trânsito	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	_	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	88.268.957,90	78.893.150,7
Caixa e Equivalente de Caixa	88.268.957,90	78.466.247,3
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	426.903,4
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	129.915.627,21	109.265.393,3
Despesa Orçamentária (VI)	16.028.546,86	11.947.506,6
Ordinária	-	
Vinculada	16.028.546,86	11.947.506,6
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	4.148.700,00	5.475.979,8
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.879.846,86	6.471.526,7
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	3.000.000,00	7.600.000,0
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	3.000.000,00	7.600.000,0
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	16.204.037,41	1.448.928,8
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.412.453,32	1.339.635,9
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.791.584,09	109.292,9
Haveres Financeiros Investimentos RPPS	-	
Haveres Financeiros Valores em Trânsito	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	
Perdas de Investimentos Temporários	-	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	94.683.042,94	88.268.957,9
Caixa e Equivalente de Caixa	94.683.042,94	88.268.957,9
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	129.915.627,21	109.265.393,3

	JANEIRO a DEZEMBRO/2022		JANEIR	O a DEZEMBRO/	2022	
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduçoes Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a b)	Receita Orçamentária (d)	Deduçoes Receita Orçamentária (b)	Saldo (f)=(d-e)
Ordinária	-	-	=	-	-	-
Vinculada	24.317.741,03	-	24.317.741,03	15.337.780,50	-	15.337.780,50
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	-	-	99.844,17	-	99.844,17
Recursos Vinculados a Fundos	24.317.741,03	-	24.317.741,03	15.237.936,33	-	15.237.936,33
TOTAL	24.317.741,03		15.337.780,50	-	-	15.337.780,50

Nota 01: Composição da Receita Orçamentária

Receita Orçamentária: compreende o somatório dos valores relativos às receitas realizadas, líquidas das respectivas deduções, detalhada por fonte de recursos conforme tabela abaixo.

Tabela de Composição da Receita Orçamentária

Conta Contábil	Valor
Receita realizada	24.317.741,03
(-) Dedução da Rec. Realizada	0,00
Total das Rec. Realizada	24.317.741,03

Nota 02: Recebimentos Extraorçamentários

Composto pelas contas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que, por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados; ingresso de recursos que se constituem obrigações relativas às consignações, depósitos de terceiros (cauções), provisões, dentre outros.

Restos a Pagar: Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de 2022, distinguindo-se as processadas (aquelas despesas em que o fornecedor já cumpriu com a obrigação de entregar o produto ou serviço), das não processadas (aquelas despesas que estão aguardando a entrega do produto ou serviço).

Tabela de Inscrição de Restos a Pagar.

Restos a Pagar Não Processados Inscritos	3.403.987,73
Total de Restos a Pagar	3.403.987,73

Nota 03: Dispêndios Extraorçamentários

São os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Na tabela a seguir destacamos a execução dos restos a pagar pago no exercício de 2022.

Tabela de execução de Restos a Pagar Pagos

Conta Contábil	Descrição	Valor
6.3.2.8.1.00.00	RP Processados Pagos – Exercício Anterior	5.412.453,32
Total		5.412.453,32



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva**, **Contador(a)**, em 15/03/2023, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 15/03/2023, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794</u>, <u>de 5 Abril de 2017</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0036425324 e o código CRC 1F60558B.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.003324/2023-35

SEI nº 0036425324

Criado por 33983038468, versão 31 por 64023311200 em 15/03/2023 10:44:58.